

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.16934814>



O PIONEIRISMO FEMININO DE FARDA AZUL: AVIADORAS, ENGENHEIRAS E INTENDENTES

Adriana Iop Bellintani¹

Sueli Sampaio Damin Custódio²

Resumo

O presente estudo trata sobre o processo histórico e jurídico sobre a inclusão das mulheres na Força Aérea Brasileira (FAB) nos mais diversos quadros, a partir da inserção feminina na Academia da Força Aérea (AFA), no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). O objetivo principal desse trabalho é mostrar a importância dessa conquista para as mulheres que almejam se dedicar à arte de voar e ao militarismo, no Comando da Aeronáutica (COMAER). A pesquisa se fundamenta em documentos primários obtidos a partir dos arquivos institucionais da Força Aérea, fontes secundárias e utilizou a metodologia de análise histórica e o método de história oral por meio de entrevistas orais das egressas das três instituições de ensino e conta com pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa indaga sobre como ocorreu o processo de inclusão das mulheres em setor considerado amplo domínio masculino. Esse trabalho mostra que a inserção das mulheres nas fileiras militares da FAB é um passo importante para a conquista feminina em um setor da sociedade ocupado apenas por homens. Dessa forma, comprovamos a quebra de paradigma ocorrido no setor por meio da inclusão das mulheres nos mais variados quadros: aviadoras de caça, transporte, helicópteros e patrulha, intendentes e engenheiras. Para embasar os fatos históricos institucionais construímos nossa narrativa com o fundamento teórico do realismo feminista, o qual defende direito feminino de integrar instituições militares. As primeiras mulheres a ingressarem no Comando da Aeronáutica venceram desafios e reafirmaram o pioneirismo da Força Aérea Brasileira na inclusão.

Palavras-chave: Feminismo; Força Aérea Brasileira; Mulheres; Realismo.

Abstract

This study deals with the historical and legal process regarding the inclusion of women in the Brazilian Air Force (FAB) in the most diverse positions, based on the insertion of women in the Air Force Academy (AFA), the Technological Institute of Aeronautics (ITA) and at the Air Cadet Preparatory School (EPCAR). The main objective of this work is to show the importance of this achievement for women who aspire to dedicate themselves to the art of flying and militarism, in the Air Force Command (COMAER). This research is based on primary documents obtained from the Air Force's institutional archives, secondary sources and used the methodology of historical analysis and the method of oral history through oral interviews with graduates of the three educational institutions and relies on documentary research and bibliographical. The research inquiries into how the process of inclusion of women occurred in a sector considered largely male dominated. This work shows that the inclusion of women in the military ranks of the FAB is an important step towards female conquest in a sector of society occupied only by men. In this way, we prove the paradigm shift that has occurred in the sector through the inclusion of women in the most varied positions: fighter, transport, helicopter and patrol aviators, quartermasters and engineers. The first women to join the Air Force Command overcame challenges and reaffirmed the Brazilian Air Force's pioneering role in the inclusion.

Keywords: Brazilian Air Force; Feminism; Realism; Women.

¹ Professora do Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutora em História Social pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: adrianaiopb@yahoo.com.br

² Professora do Instituto de Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: smdamin@ita.br



INTRODUÇÃO

A carreira militar é de interesse de muitas mulheres. Em 2012, dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa (MD) informava que na Força Aérea Brasileira (FAB), as mulheres representavam 13,78% do efetivo da força militar, no total de 9.322 mulheres militares. O acesso feminino às Forças Armadas ficou muito restrito a funções específicas, como saúde, intendência (logística) e no quadro de material bélico (manutenção de armas e viaturas). A FAB foi a primeira das Forças a possibilitar a atuação das mulheres na atividade fim da instituição.

Entre as Forças Armadas existe uma diferença de entendimento e aceitação das mulheres em seus quadros, por esta razão um dos principais objetivos deste trabalho é demonstrar o pioneirismo da Força Aérea Brasileira na inclusão feminina em seus quadros. Este trabalho se debruça sobre o esforço das mulheres no ingresso na AFA, no ITA, ambos em 1996, seguido pela EPCAR, no ano de 2017. Assim comprovamos a abertura realizada pela FAB para o ingresso feminino em seus quadros e a forma estruturada de inclusão dessas mulheres em um ambiente de predomínio masculino.

Em meio ao processo de inclusão do quadro feminino na carreira militar, objetivamos mostrar as dificuldades e resistências que as primeiras mulheres encontraram para sua adaptação ao meio castrense e também para sua aceitação nas atividades cotidianas a serem desempenhadas.

A pesquisa identifica como ocorreu a inserção das mulheres nas escolas militares e o seu ingresso nos quadros femininos da Força. Dessa maneira, partimos da hipótese de que a Força Aérea, por meio de uma política institucional, implantou o concurso para mulheres nas escolas tendo por meta a inclusão de gênero e o respeito à diversidade.

A partir desta hipótese norteadora, identificamos como hipóteses secundárias que as mulheres enfrentaram obstáculos para a sua permanência na Força, como a resistência por parte de alguns pares e a própria adaptação ao meio, como uniformes e a rotina de adestramento. Mediante as dificuldades encontradas, verificamos que essas guerreiras não desistiram e, com determinação e força de vontade, superaram os desafios impostos e atingiram postos e cargos elevados na carreira.

Para se comprovar as hipóteses, empregamos a metodologia analítica dos conteúdos de forma qualitativa. Entre as fontes utilizadas, estão as legislações que permitiram o ingresso das mulheres, referências bibliográficas em livros e revistas especializadas sobre questões de gênero. A pesquisa é composta basicamente pela metodologia de história oral, onde foram entrevistadas algumas militares que passaram pelas escolas e narraram suas dificuldades e superações. As entrevistas foram realizadas individualmente e partiram de um questionário preestabelecido, conduzidas de forma flexível, permitindo colocações livres e abordagem de tópicos fora do roteiro.



O referencial teórico metodológico está fundamentado na teoria feminista realista, no campo das Relações Internacionais. Nesta perspectiva, as questões políticas e sociais se somam para analisar e explicar a luta feminina pelo direito de inclusão em instituições que operam por meio da violência.

O texto está dividido em três seções: a primeira trata sobre o referencial teórico utilizado na pesquisa; a segunda aborda o uso da metodologia de história oral e sua importância para o levantamento das fontes e triangulação das informações; e a última seção, intitulada análise e discussões, que se divide em quatro subseções, estuda a inclusão das mulheres nas três instituições militares elencadas e apresenta uma discussão sobre os resultados da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria realista nas Relações Internacionais tem suas raízes nas obras clássicas de Tucídides, Maquiavel, Hobbes e Carr, os quais comungam que o homem tem a natureza má e o sistema internacional é anárquico e beligerante. O realismo defende a racionalidade do poder. O Estado é o principal ator das relações internacionais e o sistema internacional é conflitivo.

Os autores na abordagem neorrealista como Hans Morgenthau e Kenneth Waltz pensam sobre o funcionamento do mercado e na manutenção das empresas, mas mantém como fundamento a lógica do interesse nacional e os Estados executando uma política externa na defesa de sua sobrevivência, ou seja, a política internacional é a luta pelo poder e os objetivos políticos giram em torno de conquista, posse e manutenção do poder. Assim o poder militar é uma ferramenta importante no jogo internacional, como defende Morgenthau (1949, p. 13-14):

O objetivo político dos preparativos militares de qualquer tipo é dissuadir outras nações de ataques, tornando-os um risco para elas. O objetivo político dos preparativos militares é, em outras palavras, tornar desnecessária a aplicação efetiva da força militar, induzindo o inimigo em potencial a desistir do uso da força militar. Poder político, a partir do uso da força militar. O objetivo político da guerra em si não é, em si, a conquista de território e a aniquilação de exércitos inimigos, mas uma mudança na mentalidade do inimigo que o fará ceder à vontade do vencedor.

O poder militar historicamente está associado ao uso de força, de armas de destruição e de atuação exclusivamente masculina. O emprego operacional em florestas, áreas montanhosas, exposição ao frio, as intempéries e aos perigos do inimigo sempre foram vistos como um universo restritamente masculino, como afirma Enloe (1983, p.189): “O militarismo produziu uma construção de gênero arquetípica, masculina, como antítese da construção de gênero feminina. Onde há guerra, os homens estão; e as mulheres não”. A guerra é um tema muito presente nas relações internacionais e esse campo de estudo iniciou um debate sobre a inserção feminina no campo internacional numa vertente construtivista, ou seja,



pensou o papel da mulher nas relações internacionais, mas nos assuntos diplomáticos, como bem explica Ballerstrim (2021, p.192):

As abordagens feministas e pós-coloniais nas RI recolocam e redimensionam problemas fundamentais para a compreensão das desigualdades globais tanto em um nível micro quanto macroestrutural, sobretudo a partir da década de 1990. É importante notar que as intervenções internacionalistas feministas e/ou pós-coloniais também possuem uma forte inclinação transdisciplinar, ainda que o objetivo de aplicar ambas correntes à disciplina das RI seja francamente anunciado por suas autoras e autores.

Da perspectiva feminista pós-colonial passou-se a uma discussão sobre a participação das mulheres nas instituições militares, entrando em cena o feminismo realista. Por que as mulheres que querem lutar não podem... Por que mulheres não podem pegar em armas como fazem os homens? A partir destas indagações e muitas outras surgiu a teoria feminista realista, que defende a atuação das mulheres nas instituições militares. De acordo com Elshtain (1987, p. X), “Woman have played many parts in narratives of war and politics.”

As correntes feministas, tanto nas Relações Internacionais quanto em outras áreas de estudo, não são unânimes sobre a inserção das mulheres nas instituições militares, visto que, em seu entendimento, as mulheres que adentram as Forças Armadas passam a pensar de forma conservadora e machista.

Os estudos feministas e de gênero fazem parte da agenda pós-colonial de análise nas Relações Internacionais, como afirma Ballestrin (2021, p.186): “foi assim uma contribuição fundamental do cruzamento das agendas pós-colonial e feminista para a análise dos diferentes e complexos níveis de subalternidade e subalternização nas e das sociedades pós-coloniais”.

Estudar a inserção das mulheres nos mais diversificados campos de atuação compreende afastar-se de um pensamento machista e patriarcal, onde o universo masculino tem preponderância, como bem alerta Tickner (2001, p.14): “Enquanto o pensamento patriarcal é caracterizado por divisões e oposições, as formas femininas de conhecer têm procurado construir visão de mundo baseada em relações e conexões.”

O feminismo defende a paz internacional. Mas o feminismo realista defende que as mulheres que desejam lutar devem ter este direito de guerrear assegurado, como afirma Elshtain (1987, p.8): “Algumas feministas proclamam um ‘direito de luta’: elas também podem ser guerreiras. (...) que a mulher também pode pegar em armas”.

As mulheres então passaram a conquistar espaços no meio militar, o movimento nesta direção começou com a atuação de enfermeiras e atualmente as mulheres se tornaram guerreiras, como afirma Elshtain (1987, p. 10): “mulheres que sonham em ser guerreiras talvez anseiem por ter papéis importantes em vez de papéis secundários em futuras histórias de guerra, no ‘paradigma de todas as narrativas’”.



A entrada das mulheres nestas instituições marca uma luta contra o patriarcalismo, pois se as mulheres podem ocupar qualquer cargo político e exercem com plenitude seus direitos de cidadania, por que não integrar as Forças Armadas? Ainda, nas palavras de Elshtain (1987, p.239): “(...) o realismo feminista reitera, em vez de desconstrói, um modelo de virtude cívica armada”.

Comungando destas mesmas ideias, no campo do feminismo realista, a análise de Frazer sobre o tema considera que o feminismo constrói realidades e que essas realidades são complexas. A autora defende que o feminismo é por essência realista, visto que se encontra em constante luta e resistência. Desta forma, Frazer (2018, p.320) argumenta que:

(...) o feminismo sempre tem uma vertente realista. Em segundo lugar, traço um realismo feminista mais expansivo, no qual o feminismo como teoria social e política está inextricavelmente ligado a projetos de mudança social e política – ao movimento prático e social – e a compromissos realistas na teoria social e política. Em terceiro lugar, meu argumento envolve mostrar que esse realismo feminista é distinto em muitos aspectos do "modelo padrão" de realismo construído em debates recentes na teoria política. Ele antecede esses debates, portanto, em muitos aspectos, é ortogonal a eles.

As correntes feministas não são unânimes quanto à participação das mulheres nas fileiras militares, mas aquelas que ousam ingressar sabem que o caminho será difícil porque a meta do militar é o combate, como bem elucida King (2015, p. 24): “O sucesso da integração feminina não pode comprometer essa eficácia de combate. Assim, (...), é imperativo que os padrões físicos sejam mantidos como requisito de entrada nas armas de combate”.

A mulher que combate está diretamente inserida em assuntos e questões de defesa e segurança nacional, temas que sempre foram caros ao universo masculino. A corrente realista identifica o Estado como o principal ator das Relações Internacionais e detentor de poder, ao passo que a corrente feminista realista ganha contornos de uma teoria social e envolve muitos outros fatores além de poder, segurança e defesa.

Ao defender a entrada da mulher em um meio profissional que exige corpo forte e preparado para situações de combate, o realismo feminista transcende para um movimento social que altera as estruturas da ordem estabelecida. Enquanto o realismo clássico está fundamentado em teoria de ciência política, o feminismo realista está diretamente embasado em teoria social.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia da história oral é uma abordagem de pesquisa que se concentra em coletar e preservar narrativas pessoais e testemunhos de indivíduos sobre eventos históricos, processos sociais e,



no contexto deste estudo, das experiências de vida. A história oral é uma ferramenta utilizada para compreender perspectivas individuais, situações e experiências que não podem ser encontradas em fontes históricas tradicionais documentadas, conforme elucida Philippe Joutard (2000, p. 34): “(...) a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos”.

A história oral é uma técnica multidisciplinar que combina fatores e processos. As interlocuções realizadas para a confecção deste estudo foram gravadas em vídeo, de forma remota, porque algumas entrevistadas estavam lotadas em diferentes Estados no Brasil. As entrevistadas, antes do início da gravação, foram informadas sobre o roteiro da pesquisa que consistia basicamente nestas questões: por que você optou pela carreira militar? Como foi sua impressão ao adentrar os muros do quartel? O que você destaca como pontos positivos? Quais foram as dificuldades de adaptação? Você se deparou com resistência no meio militar para a aceitação de mulheres nos quadros?

A partir dessas perguntas pré-estabelecidas, realizamos a análise crítica desse material, considerando o contexto e as suas limitações, para elaborarmos uma interpretação histórica com fundamentação sócio-histórica. Os depoimentos das entrevistadas partem de experiências individuais, mas são moldadas por contextos sociais, culturais e políticos únicos. Para isso, é necessário que os pesquisadores da história oral estejam atentos não apenas ao que foi dito, mas também aos silêncios, pausas, risadas, choro e todas as reações emocionais das entrevistadas, como bem destaca Philippe (2000, p.35): “(...) é indispensável a análise da totalidade do documento: hesitações, silêncios, lapsos”.

Destacamos ainda que a gravação em vídeo nos permite capturar também gestos e expressões. Estamos todos convencidos de que o documento original é a gravação e que a transcrição não passa de acessório, não podendo substituir a audição de fitas gravadas ou, ainda melhor, a visão dos vídeos.

As reações e individualidades das entrevistadas foram respeitadas, bem como as questões sociais envolvidas. É necessário enfatizar que, além da própria entrevista, o pesquisador da história oral pode recorrer a fontes complementares para enriquecer o próprio material, usando fotografias, diários, cartas, documentos pessoais e, inclusive, outras entrevistas, para contextualizar as narrativas coletadas. Dessa forma, é possível confrontar os dados, compará-los e aprofundar a pesquisa, buscando uma fonte histórica alternativa sólida, bem-estruturada e, acima de tudo, confiável, destacando-o na sua individualidade e recorte sociocultural.

Certamente, essa ferramenta é poderosa na democratização e produção de conhecimento histórico, tornando a sabedoria acessível, instigando pessoas comuns a relatarem sua visão e compartilhá-la com outras, criando uma rede de fatos e experiências que desafiam narrativas dominantes, enviesadas ou incompletas.



A história oral é uma metodologia completamente dinâmica e inclusiva, pois valoriza as vozes individuais e as evoca, oferecendo perspectivas únicas e novas sobre o passado de algum evento ou processo histórico. Ao incorporar uma variedade de técnicas, fontes, comparações e dilemas éticos, os pesquisadores de história oral podem capturar e preservar uma riqueza de experiências humanas, contribuindo para uma compreensão mais profunda e holística da história.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

Em 2014, o Ministério da Defesa instaurou uma comissão de gênero com a finalidade de estreitar a igualdade entre homens e mulheres, bem como, fazer prevalecer os direitos das mulheres nas Forças Armadas (MD, 2014; ALMEIDA, 2014). A comissão de caráter consultivo criada para o acompanhamento e avaliação do cumprimento das ações definidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de 2013 a 2015 (PNPM) ficou responsável por ações que resultassem na efetivação dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero no Exército, Marinha e Aeronáutica. A portaria que oficializou a implementação na Defesa foi publicada no Diário Oficial da União em 15 de abril de 2014.

Segundo informações do MD, em 2021, 33.960 brasileiras integravam as Forças Armadas em um universo de 360 mil militares. Na Força Aérea Brasileira (FAB), eram 12.538, o que representava à época 19,23% do efetivo geral. O Exército somava 13.009 mulheres no quadro, com um aumento de 11% no período de 2020 para 2021. Na Marinha, eram 8.413 militares.

O ingresso feminino nas Forças teve início em 1980, por iniciativa da Marinha, que criou o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM). Em 1982, foi a vez da Força Aérea. A FAB formou suas duas primeiras turmas de oficiais em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Em 2020, a Brigadeiro Médica Carla Lyrio Martins, na FAB há 30 anos, tornou-se a primeira Oficial General da Força Aérea. O Exército começou a aceitar mulheres em suas fileiras em 1992, com a formação da primeira turma feminina da Escola de Formação Complementar do Exército, em Salvador. Em 2024, o Ministério da Defesa iniciou estudos para que mulheres ingressassem nas Forças Armadas em funções de combate.

A arte de voar conquistou homens e mulheres no início do século XX, mas o acesso ao espaço aéreo foi determinantemente masculino. As mulheres que tomaram a vanguarda dos céus, como Anésia Pinheiro Machado e Thereza di Marzo, realizaram seus ideais com muita luta e esforço, como relata Fay e Oliveira (2013, p. 3): “Thereza di Marzo despertou para a aviação aos 17 anos; ao olhar para o céu avistou um avião e resolveu que um dia iria voar. A notícia “caiu como uma bomba” no seio familiar, principalmente para seu pai, que desejava à filha um bom casamento, mas jamais pilotar aviões”.



O caminho de ingresso de mulheres no setor aeroespacial continua árduo por ser predominantemente masculino, tanto no meio civil quanto no militar. As mulheres conseguiram seu espaço efetivamente na Força Aérea em escolas de formação para oficiais no final do século XX. Na área de Saúde, o ingresso de mulheres na FAB ocorreu em período anterior ao das escolas de formação de oficiais. Em que pese a mulher conseguir desempenhar a missão, ainda não é vista como soldado, guerreira ou lutadora. A mulher ainda trilha estigmatizada como o sexo frágil e indefeso, num modelo subserviente. Mas os novos tempos vêm ampliando os espaços de atuação feminina, seja na guerra ou na paz, como afirma Pettman (1996, p. 62): “Guerra e paz são assuntos feministas. As mulheres estão localizadas em meios particulares e perigosos, tanto nos discursos sobre guerra quanto nas políticas de guerra do campo em si. Violência, incluindo violência estatal, é frequentemente sexualizada.”

O pioneirismo da Força Aérea na inclusão de mulheres em seus quadros ocorreu pela abertura de alunas nas escolas militares. Primeiramente na Academia da Força Aérea, encarregada da formação profissional de nível superior dos Quadros de Oficiais Aviadores, Intendentes e de Infantaria; na sequência no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), encarregado da formação de engenheiros civis e militares; e na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR) que prepara os futuros cadetes para ingresso na AFA.

Dessa forma, esta seção se destina a analisar cada uma das escolas e entender os processos legais e jurídicos de admissão das mulheres nas instituições de ensino e, concomitantemente a toda análise de literatura, apresentar as entrevistas realizadas com as alunas pioneiras.

Academia da Força Aérea – AFA

Após rejeição ao projeto do Senador Orestes Quércia, em 1979, defendendo a inclusão de mulheres nas escolas militares, a iniciativa do Alto Comando da Força Aérea teve êxito, pelo Aviso N° 006/GM3/024, de 05 de maio de 1995, onde o Ministro da Aeronáutica, Mauro José Miranda Gandra, resolveu:

Determinar a realização de estudos conjuntos entre o Comando-Geral do Pessoal e o Departamento de Ensino da Aeronáutica, sob a coordenação do primeiro, para que seja permitida às mulheres a inscrição ao Concurso de Admissão para matrícula no Curso de Oficiais Intendentes da Academia da Força Aérea em 1996.

A Academia da Força Aérea, em sua larga experiência na formação dos quadros de oficiais de carreira, permitiu o ingresso de mulheres em 1996, no Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica (CFOINT). Nesse primeiro momento, estava autorizado o trabalho na parte administrativa da FAB, mas em 2003 foi consentida a inclusão de 20 mulheres no Curso de Formação de Oficiais



Aviadores (CFOAV), conforme Portaria Nº 556-T/GC3, de 30 julho de 2002, assinada pelo Comandante da Aeronáutica, Carlos de Almeida Baptista.

Esse importante feito marca um novo paradigma dentro da organização, pois as mulheres poderiam pilotar helicópteros, aviões de transporte e principalmente ingressar na Aviação de Caça, grupo de elite da Força Aérea. Conforme o quadro abaixo, podemos verificar que a proporção das mulheres aviadoras no total de formandos do Quadro de Oficiais Aviadores (QOAV) é muito baixa, mas a Turma de 2023, “Pastor” na EPCAR e “Orthrus” na AFA, despontou com mais de 10% de mulheres no total de aviadores.

Tabela 1- Mulheres formadas na AFA

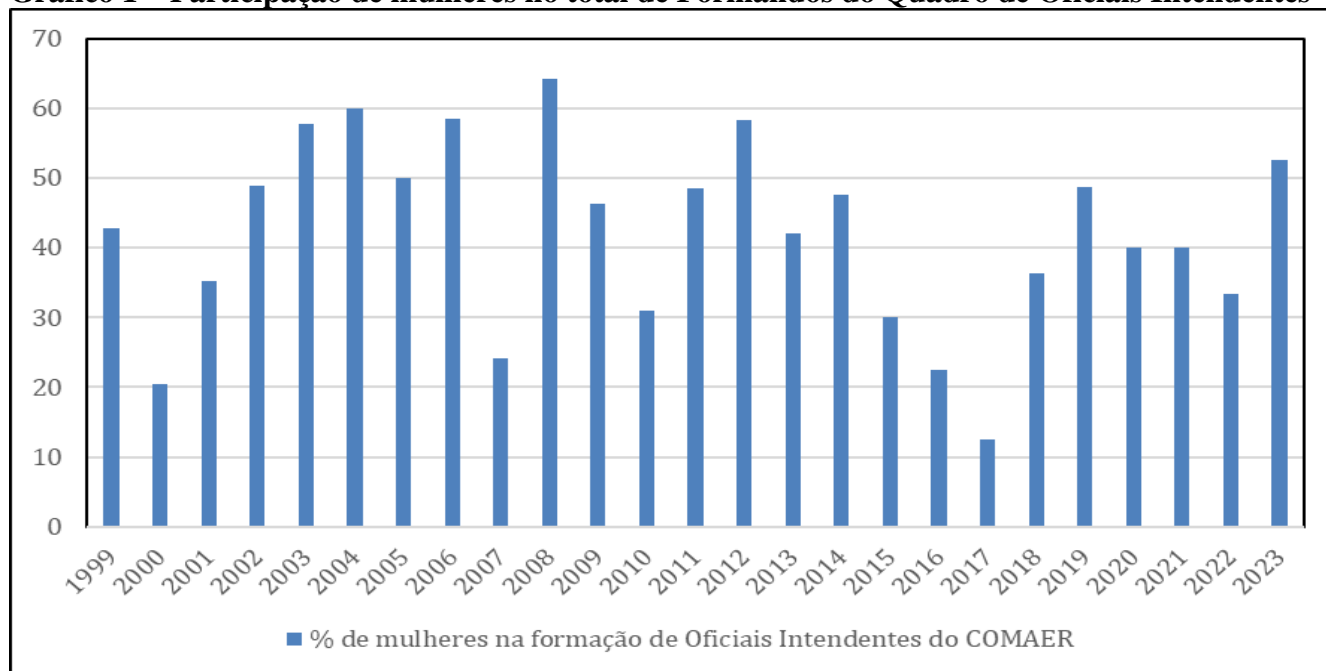
QUADRO RESUMO TOTAL DE OFICIAIS / OFICIAIS FEMININAS				
Ano de formação	QOINT		QOAV	
	TOTAL	FEMININA	TOTAL	FEMININA
1999	28	12	Não havia mulheres aviadoras	
2000	44	9		
2001	34	12		
2002	45	22		
2003	26	15		
2004	10	6		
2005	24	12		
2006	29	17		
2007	33	8	89	2
2008	28	18	90	1
2009	28	13	98	3
2010	29	9	100	4
2011	35	17	116	5
2012	36	21	104	2
2013	38	16	97	6
2014	42	20	104	2
2015	40	12	103	7
2016	40	9	116	0
2017	24	3	92	1
2018	33	12	74	2
2019	41	20	74	3
2020	40	16	76	0
2021	40	16	104	2
2022	45	15	86	0
2023	38	20	91	10

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro de Oficiais Aviadores, a presença das mulheres tende a ganhar maior porcentagem em relação ao total de formandos a partir de 2023, ano no qual as primeiras alunas da EPCAR se formaram na AFA. No Quadro de Oficiais Intendentes, a consolidação da presença feminina fica mais evidente, devido ao fato de o ingresso ter ocorrido bem anteriormente, na comparação com os aviadores. Isso pode ser visualizado por intermédio do Gráfico 1.



Gráfico 1 – Participação de mulheres no total de Formandos do Quadro de Oficiais Intendentes



Fonte: Elaboração própria.

Na Intendência ou na Aviação, as mulheres ampliam seus espaços de atuação. A egressa da AFA do Quadro de Intendência (QOINT), Luciana França Rosa Freitas, relatou que entrou no concurso da AFA motivada por uma amiga que fazia cursinho preparatório. Embora seu ideal fosse cursar engenharia civil, aceitou o desafio e fez a prova da AFA no ano de 2000, pois a estabilidade financeira era um quesito importante.

Ao começar o curso, teve o primeiro choque com o militarismo, como cortar o cabelo, usar o fardamento e marchar, que causava dor no joelho. Após esse primeiro momento de adaptação ao funcionamento da AFA, a preocupação era tirar boas notas, visto que a cobrança nas provas era muito grande e o tempo de sono reduzido.

Luciana afirma que a Academia estava bem estruturada para receber as cadetes com alojamentos novos, o que garantia o conforto de ter um quarto com banheiro e havia um cuidado especial com as cadetes, mantendo militares mulheres nas adaptações e no acompanhamento dos exercícios físicos.

Mas entre os obstáculos enfrentados, estava o *bullying*, praticado por alguns colegas de turma, que não aceitavam que uma mulher desempenhasse as mesmas funções que eles, e o risco de perder o licenciamento, ou seja, não poder ir para casa no final de semana. Visitar a família era muito importante, pois muitas vezes se sentia sozinha, isolada. Mesmo com toda adversidade, gritarias e dificuldade, por vezes, de entender os comandos, teve grande incentivo da mãe para persistir e finalizar o curso, como ela destaca: “pensei em desistir... me sentia muito só...tantas conseguem por que eu não vou conseguir? Por que não vou conseguir?”



Luciana seguiu em frente. Atualmente ela é a Prefeita de Aeronáutica do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos, posição de liderança e destaque, e conclui: “Valeu a pena persistir, vale a pena virar a página, vão mudando as preocupações.”

A egressa da EPCAR e da AFA, Ana Maria Cunha Rodrigues, atualmente Aspirante-a-Oficial na Aviação de Caça, como já estava adaptada com a rotina militar, não teve dificuldades na Academia e se sentiu muito feliz por fazer parte da primeira turma mista da EPCAR e posteriormente em seguir para a AFA, e descontraidamente afirma: “Só chegavam as PQD e tinham alguns dissabores. Na minha turma não teve isso, nos juntamos com as mulheres de fora e passamos tudo que sabíamos de militarismo. Nós éramos muito integradas com nossa turma, tinha espírito de turma e de corpo”.

A turma 2023 se destacou pela união e entrosamento, e nesse sentido, a ex-aluna Rafaela Ferreira Monteiro, atualmente Aspirante na Aviação de Transporte, salientou a ação das militares pioneiras na aviação, que ministravam instrução de voo na Academia e em momentos de descontração narravam suas adversidades e afirmou: “As pioneiras, instrutoras de voo, tiveram trajetórias difíceis, mas abriram portas”.

A Tenente-Coronel Intendente Lislaine Link ingressou na academia em 1998, na terceira turma mista. O incentivo para a opção pela carreira militar foram o pai, que era militar do Exército e acalentava o sonho de entrar na AFA, e o irmão mais velho, que foi admitido na EPCAR. Ao começar o Curso, ressalta que a parte mais difícil da adaptação foi sair do berço familiar, ficar sozinha e morar com pessoas diferentes, em alojamento coletivo e com disciplina rígida. Mas apesar das dificuldades ela salienta: “Entrei na AFA e me apaixonei.”

Os professores estavam adaptados, os alojamentos eram separados com entradas exclusivas para a ala feminina, demonstrando que a AFA estava preparada para as novas cadetes, mas o fardamento ainda precisava de ajustes, como ela relata: “Quando eu entrei a gente usava sapato masculino, o bibeco masculino, a farda era masculina praticamente, né. E aí com o passar dos anos então a gente ganhou bibeco feminino, um sapato feminino. Mais isso acho que não alterou em nada a minha feminilidade, não fui atingida em nada por usar um sapato assim, vamos dizer, um pouco grotesco.”

Lislaine afirma que as tarefas foram todas cumpridas sem diferenças entre homens e mulheres, pois eram tratados como turma, como bando, e a união ajudou a superar os desafios. E acrescenta: “O meu grande incentivo foi olhar as mulheres mais antigas das turmas mais antigas e pensar assim: poxa, elas conseguiram, eu também consigo apesar de todas as dificuldades (...) elas foram minhas grandes incentivadoras.”

Na sua visão, algumas pessoas, de forma velada, não gostavam da entrada das mulheres, pois gerava trabalho para a adaptação de infraestrutura e instrução. Mas nunca sofreu nenhuma discriminação direta. Após formada, ao ingressar nas unidades militares, sempre teve todo apoio e respaldo da Força



Aérea, em muitas localidades já havia mulheres militares do quadro de saúde, por exemplo, e a FAB já estava acostumada com a presença feminina. Diferentemente de sua experiência no Exército, quando esteve lotada provisoriamente por dois anos, sentiu mais dificuldade para a aceitação das mulheres como oficial superior. Segundo Lislaine: “A Aeronáutica tem uma mente mais aberta do que o Exército e a Marinha”.

Atualmente Lislaine sente muito orgulho de sua trajetória como mulher na Intendência da Força Aérea, e reverbera para todas que desejem seguir a carreira militar: “A cada obstáculo que encontrarem, encararem isso não como algo para fazerem vocês desistirem, mas sim como uma chance de a gente crescer junto, mostrar o nosso valor como mulher, que a gente consegue fazer igual e as vezes até melhor que eles.”

Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA

O ITA, instituição de ensino superior subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), localizado em São José dos Campos - SP, passou a admitir alunas civis a partir de 1997, embora tenha obtido aprovação desde 1995, em virtude da falta de alojamentos femininos. O vestibular de 1996 foi o primeiro para mulheres e teve cinco ingressantes, sendo que entre elas se formaram apenas duas alunas: Patrícia Silvia Rodrigues, no curso de Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica, e Karina Diogo de Souza, no curso de Engenharia Aeronáutica.

Patrícia relata que, após um mês do início das aulas no ITA, duas alunas aprovadas desistiram e foram estudar na Universidade de São Paulo (USP). Ela conta que fez o vestibular apenas para acompanhar uma amiga, pois queria ser arquiteta. No entanto, foi aprovada no primeiro vestibular que realizou e resolveu cursar o ITA. A adaptação foi boa, embora primeiramente tenha residido no Hotel de Trânsito, visto que apenas no terceiro ano de curso, em 1998, a adaptação do alojamento (edificação conhecida como H-8) para alunas ficou pronta.

Ela considera que a instituição não estava preparada para um ensino misto, pois as alunas eram impedidas de se aproximar do alojamento dos alunos. Aos poucos, a presença feminina se tornou natural e Patrícia pensa que valeu a pena estudar no ITA e vencer as barreiras pela implantação de ensino misto. Deixa a seguinte mensagem: “Vai com tudo. Nada deveria impedir ou segurar uma menina que queira aprender sobre ciência”

Desde 1996 até 2023, o ITA já formou 140 alunas, de acordo com informações da comissão do vestibular do Instituto. Como podemos acompanhar na tabela a seguir, o número de mulheres inscritas no



decorrer dos vestibulares representa em torno de 20 a 25% do montante, ao passo que conseguem preencher em média menos de 10% das vagas ofertadas.

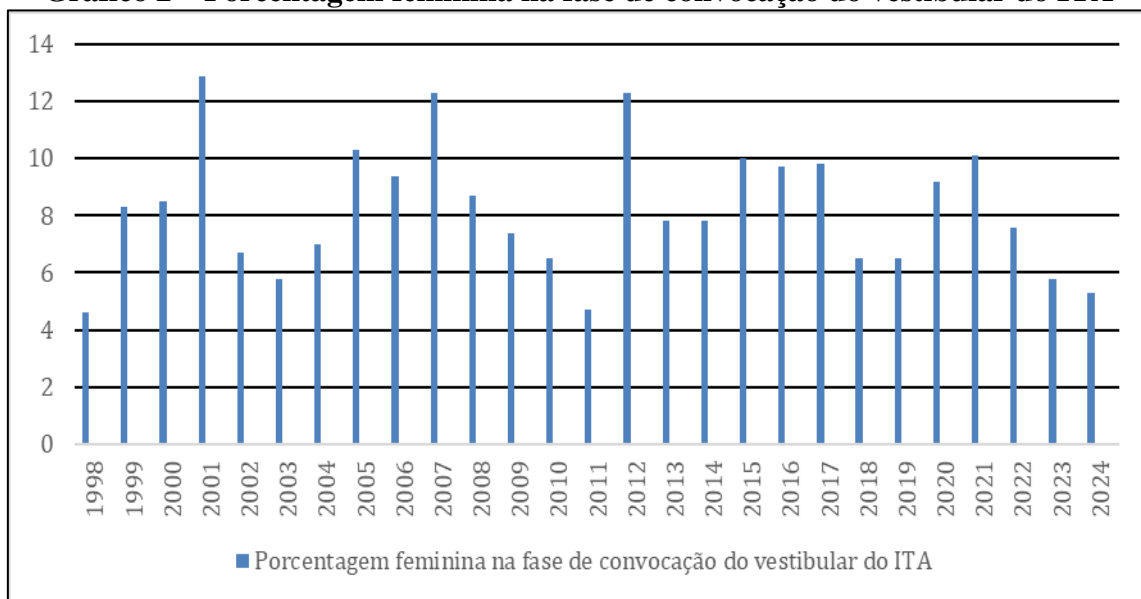
Tabela 2- Mulheres inscritas e admitidas no vestibular do ITA

Ano de ingresso	Total de Inscritos	Mulheres inscritas	Total de Convocados	Mulheres convocadas
1998	4611	789	151	7
1999	5638	1099	168	14
2000	6655	1592	153	13
2001	7104	1632	147	19
2002	8289	1795	148	10
2003	9081	1873	156	9
2004	7998	1634	157	11
2005	7118	1516	155	16
2006	7217	1550	127	12
2007	5558	1161	130	16
2008	7133	1606	127	11
2009	6215	1497	121	9
2010	6503	1388	123	8
2011	7627	1771	129	6
2012	9337	2370	122	15
2013	7285	1679	128	10
2014	7279	1661	179	14
2015	7792	1801	180	18
2016	12493	3010	144	14
2017	12484	3163	112	11
2018	11136	2575	124	8
2019	10788	2470	124	8
2020	11412	2578	131	12
2021	9725	2233	168	17
2022	7988	1863	157	12
2023	9364	2218	154	9
2024	9076	2116	151	8

Fonte: Comissão de vestibular do ITA.

A visualização da porcentagem feminina no vestibular do ITA é apresentada no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Porcentagem feminina na fase de convocação do vestibular do ITA



Fonte: Elaboração própria.



Após a entrada de candidatas civis no ITA, é realizada a abertura para as mulheres militares. Esse importante marco na história do Instituto ocorreu a partir do ano 2000, como informa a Folha Vale (1999): “Pela primeira vez, mulheres poderão concorrer a uma das 25 vagas destinadas aos estudantes interessados em seguir a carreira militar. A opção, até o ano passado permitida apenas aos homens, deverá ser feita no ato da inscrição para o concurso de admissão.” A inserção feminina no ITA se intensifica aos poucos, para alunas civis e militares, mediante opção individual.

A Tenente Coronel Engenheira Thais Franchi Cruz, egressa do curso de Engenharia Eletrônica, rompeu barreiras ao ser a primeira aluna a optar pela carreira militar no ITA. O sonho de Thais era ser engenheira, sempre gostou de montar e desmontar brinquedos. Ela estudou muito para obter aprovação no vestibular e conseguiu ingressar na instituição.

Como os alojamentos ainda não estavam prontos, Thais morou um tempo no Hotel de Trânsito dos Oficiais, juntamente com as outras mulheres aprovadas no vestibular. Quando em uma reunião, após três anos de curso perguntaram se alguém gostaria de ingressar na carreira militar, Thais foi a única a levantar a mão. Ela desconhecia o militarismo, mas resolveu aceitar o desafio.

Após formada, iniciou sua vida profissional no Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV) e se apaixonou pela aviação. Esse Instituto é uma organização singular de suma importância para o desenvolvimento aeronáutico brasileiro, por ser responsável pela formação de pilotos e engenheiros capacitados a participar ativamente de campanhas de ensaio em voo, sendo uma das oito instituições do mundo com reconhecimento internacional. Thais foi a primeira engenheira a atuar no IPEV, participando de diversos voos em diferentes tipos de aviões, incluindo aeronaves de Caça. Hoje atua com grande destaque no QG do DCTA, no Subdepartamento Técnico. E para as mulheres que desejam ingressar na Força Aérea, Thais reverbera:

Analisem os deveres e as oportunidades que existem para cada segmento na FAB, provavelmente existe um em que seu perfil profissional se encaixa. Vale destacar que o salário e a progressão na carreira são idênticos para homens e mulheres (...). de forma geral, a FAB oferece muitas experiências enriquecedoras para os seus integrantes.

Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR

Em 2017, a EPCAR, localizada no interior de Minas Gerais, em Barbacena, passou a admitir mulheres como alunas de Ensino Médio. A principal missão dessa escola é formar estudantes aptos para ingressarem na AFA e tornarem-se os novos cadetes da Aeronáutica. Nessa Escola os alunos aprendem as disciplinas curriculares do ensino médio de acordo com as exigências do Ministério da Educação, bem como instrução militar.



Da EPCAR foram entrevistadas duas ex-alunas pertencentes à primeira turma mista da Escola, a “Turma Pastor”, que concluíram a Escola em 2019, foram declaradas Aspirante-a-Oficial na AFA em 2023 e realizam atualmente curso no Grupo de Instrução Tática e Especializada (GITE) na Base Aérea de Natal.

A Aspirante Rafaela relatou que a principal motivação para prestar o concurso na EPCAR foi o pai, que era militar do Exército, juntamente com alguns tios, e acrescenta: “Eu queria ser da primeira turma”. Ela afirma que adaptação foi muito tranquilidade porque estava preparada para o militarismo: “Já fui esperando uma coisa não muito agradável”. Em contrapartida, as poucas horas de sono foi uma dificuldade que a fez sofrer.

Apesar de estar acostumada ao militarismo, destacou que a questão psicológica foi complicada, em virtude da mudança de ambiente, de sair da casa dos pais e ir para um alojamento em regime de internato. Ela acordava de madrugada, algumas pessoas eram ríspidas e havia muita correria. Os alunos de turmas mais antigas costumavam “pegar no pé” e os colegas da sua turma não foram preparados para a presença feminina, que segundo Rafaela comentavam: “Agora ainda nos tiram 20 vagas”. Eles se referiam à dificuldade para ser aprovado no concurso da Escola.

De acordo com Rafaela, com o tempo a rotina fica estabelecida e se conseguia cumprir todas as tarefas que foram impostas, sendo que o fato de ser mulher não impediu nenhuma missão. Havia forte companheirismo e ajuda entre as colegas mulheres. A Escola estava preparada para receber as alunas e ela destacou, em especial, a ação da Coronel Sinzato, à época Major, que foi de extrema importância para as meninas, como acrescentou: “Ela ditava regras, foi um norte e fez a diferença”.

O Corpo de Alunos estava apto para receber as meninas, bem como os instrutores, que se preocupavam em virtude dos colegas de turma que resistiam um pouco à entrada feminina. Todos os professores e instrutores “cobravam igual, não havia diferenciação”. Rafaela destaca que o percurso exige dedicação e persistência e, após alguns anos, pode-se verificar que dentro da Força Aérea “o espaço está sendo mais dividido.” E a divisão desse espaço é plausível identificar porque, como afirma: “a última Turma de formandos da AFA, 2023, chegou em Natal, para fazer o GITE, com 10 mulheres aviadoras, diferentes de anos anteriores”.

Concomitante à abertura de espaço nos quadros e áreas operacionais da Força, Rafaela ainda enfatiza a positiva postura dos comandantes militares: “Os Comandantes que estão chegando em cargos altos, eles já tiveram contato maior com mulheres, alguns até tiveram mulheres na turma. Isso muda radicalmente o jeito de pensar e de agir. Então o que eu vejo é realmente essa mudança da FAB, aos poucos, mas contínua”.



A outra egressa entrevistada, Ana Maria, decidiu fazer parte dos quadros da Força Aérea quando ainda era adolescente. Uma visita ao Museu Aeroespacial (MUSAL), localizado no Rio de Janeiro, juntamente com sua família, despertou seu interesse em ser piloto da Esquadrilha da Fumaça. Então começou a pesquisar as formas de ingresso. Como a EPCAR, à época, ainda não admitia mulheres, em 2015 passou a estudar para entrar na AFA. Quando o regulamento da EPCAR passou a admitir mulheres, ela foi aprovada na primeira turma, como relembra: “Eu queria ser piloto da Esquadrilha da Fumaça. Eu queria viver aquele voo.”

Segundo Ana Maria, a Escola estava preparada para receber as mulheres, tinham alojamentos separados e os instrutores estavam capacitados para receber as meninas e contaram com instrutoras no apoio. Em nenhum momento ocorreu exclusão das mulheres ou tratamentos com desigualdade. Esses fatores facilitaram a adaptação ao militarismo, embora o regime de internato no primeiro ano tenha sido mais difícil, pois nem todo final de semana estavam livres para ir para casa e, quando estavam livres, tinham que escolher entre estudar ou visitar a família.

Ana Maria pontua que um dos problemas vivenciados no primeiro ano foi o não entendimento da turma de que todos eram “um só e tinham que trabalhar juntos para atingir os objetivos” e certas resistências de turmas mais antigas ao ingresso das mulheres na Escola. Mas ela realizou muitos esforços em busca do bom desempenho, como afirma: “eu queria ser o mais militar que eu poderia ser”.

Ao final dos três anos de EPCAR, restava a certeza de ir para AFA e a nostalgia, o coração apertado de deixar a Escola, pois ela criou “memórias afetivas muito fortes com a EPCAR”. Às outras mulheres que desejem seguir a carreira militar, Ana Maria diz que o caminho é: “Enfrentar um dia de cada vez, enfrentar uma dificuldade de cada vez” e “não desistirem dos sonhos que tem, se dedicarem, estarem prontas!”

RESULTADOS DAS DISCUSSÕES

As três instituições aqui elencadas são pertencentes à Força Aérea Brasileira, mas possuem uma grande diferença de missão-fim, que precisam ser compreendidas. A AFA tem um papel central na formação dos quadros de carreira. É da AFA que partem pilotos, intendentes e infantess, ou seja, a grande maioria dos oficiais é formada pela Academia. Daí a grande importância de inclusão das mulheres, que num primeiro momento poderiam fazer parte apenas da Intendência e atualmente podem ingressar no Quadro de Oficiais Aviadores, em qual tipo de Aviação, incluindo a Aviação de Caça.

O ITA possui suas particularidades, pois tem por missão formar engenheiros aeronáuticos, sejam civis ou militares. Os alunos civis ficam alojados junto aos militares e existe uma grande interação entre



eles. Os optantes pela carreira militar recebem instrução castrense complementar. O grande diferencial surgiu quando se permitiu que mulheres fossem aceitas, inicialmente apenas como alunas civis e, posteriormente, com a possibilidade de opção pela carreira militar.

A EPCAR é uma escola de nível médio que tem por missão fornecer alunos para serem os novos cadetes da AFA. Todos os alunos são militares e a inclusão das mulheres amplia as oportunidades de inclusão do quadro feminino na Força Aérea. Atualmente o número de vagas para ingresso direto na AFA é cada vez mais reduzido, pois os alunos da EPCAR preenchem a quase totalidade das vagas de cadetes.

Transcorridos cerca de vinte anos da iniciativa do Comando da Aeronáutica em incluir as mulheres nas escolas militares, e conseqüentemente nos quadros da Força, as alunas pioneiras atualmente ocupam cargos de destaque na profissão e são a comprovação de que mulheres podem ser guerreiras: engenheiras, intendentas e aviadoras. O êxito profissional das mulheres no meio militar corrobora a teoria defendida pelo realismo feminista.

CONCLUSÃO

Em um movimento de vanguarda, a Força Aérea Brasileira permitiu a entrada de mulheres em suas escolas de ensino superior e na EPCAR, assegurando a participação feminina em sua área operacional, principalmente na aviação. Nesse sentido, organizou a infraestrutura das unidades e qualificou o pessoal para a recepção, instrução e adestramento das novas alunas e cadetes.

A realização das entrevistas e o contato direto com as primeiras mulheres que ingressaram no meio militar nos permite afirmar que a vida de estudo e o aquartelamento apresentou dificuldades, mas as mulheres demonstraram determinação em seus relatos e seguiram em frente para atingir a meta de fazer parte dos quadros da Aeronáutica. O ambiente fortemente masculinizado cedeu espaço às mulheres que comprovaram cotidianamente sua capacidade e operacionalidade. Essas pioneiras, com seu exemplo, colocam em xeque o estigma da fragilidade do sexo feminino que foi construído ao longo dos séculos por uma sociedade patriarcal.

A pesquisa permite concluir que as mulheres que ingressaram nas fileiras da Força Aérea Brasileira conseguiram seguir em frente e venceram muitas adversidades do meio militar, começando pela própria construção do arquétipo masculino. O feminismo realista defende a participação das mulheres nas instituições militares como importante sujeito nas Relações Internacionais. Se as mulheres que pugnam pelo feminismo defendem sobretudo a paz, as que lutam nas instituições militares também desejam a paz, mas estão preparadas para a guerra.



A análise e a discussão desenvolvidas nesse trabalho representam um primeiro passo no caminho dos estudos de gênero, principalmente no que concerne a presença feminina no meio militar. Há muitas lacunas sobre o tema que demandam mais pesquisas e análises, tanto do ponto de vista da história institucional quanto por meio da história social ao analisar grupos, indivíduos e cultura. Assim, esperamos ter contribuído para ampliar as discussões sobre o tema e incentivado mais pesquisadores a refletirem sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. H. D. “Mulheres nas forças armadas brasileiras”. **Cadernos Aslegis**. n. 51, 2014.

BALLESTRIN, L. M. A. “Para uma Abordagem Feminista e Pós-Colonial das Relações Internacionais”, *In: TOLEDO, A. Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*. Salvador: Editora da UFBA, 2021.

BRASIL. “Comissão de Gênero debate os avanços do ingresso das mulheres nas Forças Armadas”. **Ministério da Defesa** [2017]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. “Especial: 70 anos da criação do ITA (5ª década)”. **Força Aérea** [2020]. Disponível em: <www.fab.mil.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. “História de mulheres nas Forças é repleta de lutas e conquistas”. **Ministério da Defesa** [2016]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. “Ingresso de Mulheres na AFA – AFA”. **Força Aérea** [2024]. Disponível em: <www.fab.mil.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. “Ministério da Defesa conta com mais de 34 mil mulheres em seus quadros”. **Ministério da Defesa** [2021]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. “Ministério da Defesa institui Comissão de Gênero nas Forças Armadas”. **Ministério da Defesa** [2014]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. **Aviso n. 006/GM3/024, de 05 de maio de 1995**. Brasília: Força Aérea, 1995. Disponível em: <www.fab.mil.br>. Acesso em: 01/04/2025.

BRASIL. **Portaria n. 556-T/GC3, de 30 julho de 2002**. Brasília: Força Aérea, 2002. Disponível em: <www.fab.mil.br>. Acesso em: 01/04/2025.

ELSHTAIN, J. B. **Women and war**. Chicago: University Chicago Press, 1987.

ENLOE, C. **Does kahki become you**. London: Pluto Press, 1983.

FAY, C. M.; OLIVEIRA, G. G. “As mulheres na aviação brasileira”. **Anais do X Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2013.



FRAZER, E. “Feminism and realism”. *In*: SLEAT, M. **Politics Recovered**: Realist Thought in Theory and Practice. Nova York: University Columbia Press, 2018.

INCAER – Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **Elas por Elas**: a mulher militar na FAB. Rio de Janeiro: INCAER, 2018.

JOUTARD, P. “Desafios à história oral do século XXI”. *In*: FERREIRA, M. M. *et al.* (orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

KING, A. “Women in Combat”. **The Three Swords Magazine**, vol. 29, 2015.

LENINE, E. “Curiosidade Feminista nas Relações Internacionais: Olhares, Vozes e Reflexões para Além do Cânone”. **Dados**, vol. 67, n. 4, 2024.

MORGENTHAU, H. **Politics among nations**: the struggle for power and peace. Nova York: Alfred Knopf, 1949.

PETTMAN, J. J. “Feminist International Relations After 9/11”. **Brown Journal of World Affairs**, vol. 10, 1996.

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics**: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era. New York: Columbia University Press, 2001.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 23 | Nº 68 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima